

# Editorial 3+

Sua análise da situação política e segurança no nível global



## GLOBAL

A Guiana continua sendo um problema para a Venezuela

## REGIONAL

Novos artefatos de destruição e violência na guerra entre os cartéis mexicanos

## LOCAL

Quão arriscado é o decreto do governo Petro para proibir sem exceções a exportação de carvão a Israel?



VENEZUELA



Fonte: SEMANA, 2025

# A Guiana continua sendo um problema para a Venezuela

Fonte: France24, 2023

**A** Guiana é o novo petropáís da América Latina, pois registrou o maior crescimento na produção de petróleo do mundo, algo

fundamental, já que atualmente se posiciona como o terceiro maior produtor de petróleo per capita do planeta, superado apenas pelo Kuwait e pelo Catar (BBC, 2025). Desde o início da sua produção petrolífera em 2015, o país tem experimentado um aumento no seu PIB. Este cresceu 63,3% em 2022 e 33,8% em 2023, e em 2024 o crescimento foi de 43,6%, segundo informações fornecidas pelo Banco Mundial (CNN, 2025).

A Guiana está extraindo aproximadamente 670 mil barris de petróleo diariamente e o governo espera gerar US\$ 41 bilhões em cinco anos com a exploração de petróleo após um contrato com a Exxon Mobil, empresa que descobriu 11 bilhões de barris de petróleo em águas profundas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Guiana (Radar Energético, 2025). Esse desenvolvimento em recursos estratégicos atrai a atenção das maiores potências do mundo, como os Estados Unidos e a China. Mas também intensifica uma disputa territorial que a Guiana mantém com a Venezuela há mais de um século pela região do Essequibo, que corresponde a 2/3 do território guianense. Trata-se de uma área entre os rios Essequibo e Orinoco, de

160.000 km<sup>2</sup>, rica em petróleo onshore e minerais como ouro e manganês, mas especialmente abundante em petróleo offshore (La República, 2025). Em 2024, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou uma legislação para estabelecer o Estado de Guiana Essequiba, algo considerado pelo governo guianense como uma “ameaça existencial” e que levou o conflito à Corte Internacional de Justiça – CIJ – (BBC, 2025).

Diante desse cenário, no mesmo ano um navio de guerra da marinha britânica foi enviado à região para apoiar a Guiana, e até mesmo as Forças Armadas dos Estados Unidos realizaram exercícios militares em conjunto com a Guiana (CNN, 2025). No entanto, os riscos de uma intervenção militar são consideravelmente altos para ambas as partes, sobretudo levando em conta os ativos energéticos dos Estados Unidos que poderiam ser afetados. Ainda assim, é preciso compreender que, na atualidade, com a escalada das tensões entre EUA e Venezuela, pode haver mais de uma razão de peso para defender com firmeza o Essequibo. Isso ganha relevância diante do fato de que o presidente da Guiana, Irfaan Ali,



no combate ao narcotráfico e ao chamado Cartel dos Sóis, que o governo norte-americano vincula a Nicolás Maduro (Vanguardia, 2025).

Logo após essas declarações, apenas um dia depois, Ali denunciou um ataque do Exército venezuelano contra material eleitoral que transitava pelo rio Cuyuní, no Essequibo. Além disso, na segunda-feira, 1º de setembro, realizaram-se as eleições presidenciais nas quais Ali foi reeleito para o seu segundo mandato (La República, 2025). Isso garante a continuidade das tensões, pois o presidente reforçará o status do seu país como um importante aliado dos EUA, de países da região como o Brasil, além de sócio e aliado do Reino Unido e da Commonwealth (SEMANA, 2025). Em declarações feitas à imprensa naquela segunda-feira, Ali afirmou seu apoio a “tudo o que elimine qualquer ameaça à nossa segurança, não apenas em termos de soberania (...) mas também no combate ao crime transnacional” (Vanguardia, 2025). Nesse cenário, com a Guiana sendo respaldada pelos Estados Unidos e por outros vizinhos, o país estaria reafirmando sua soberania e projetando força militar e política na região. Contudo, continuará sendo um foco de atenção geopolítica, já que a capacidade da Guiana de produzir petróleo de forma mais rentável e sustentável do que muitos produtores atuais a tornará um ator central na competição global.



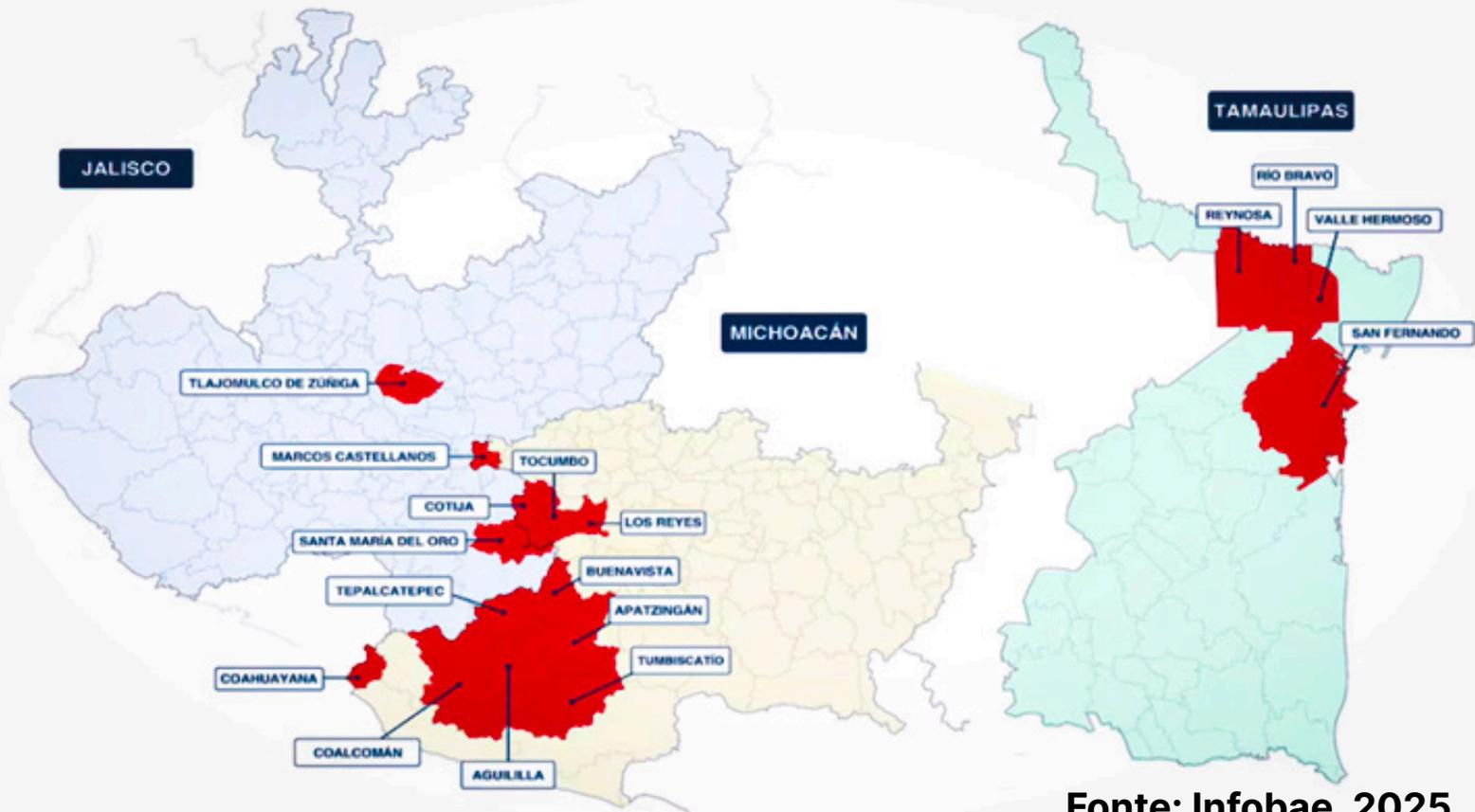
# Regional

## Novos artefatos de destruição e violência na guerra entre os cartéis mexicanos

**A**s novas dinâmicas do crime organizado trouxeram consigo um aumento recente no uso de minas antipessoais e outros artefatos, como drones, no México.

Casos recentes em Michoacán, Tamaulipas e Chihuahua mantêm as autoridades em alerta, que, por sua vez, enfrentam enormes desafios, já que não existe uma estatística pública que reflita o problema. Isso implica grandes dificuldades para o governo, pois é difícil saber em detalhe onde, como, quando e quanto os grupos criminosos têm utilizado esse tipo de artefato (El País, 2025). Soma-se a isso a incógnita sobre os atores responsáveis. Embora tenha sido o Cartel Jalisco Nueva Generación quem introduziu no México o uso de minas antipessoais, seus adversários vêm replicando a estratégia (DW, 2025).

O uso de minas e outros artefatos deve ser compreendido no marco do novo paradigma criminal no país. Na guerra entre cartéis, o objetivo é exclusivamente econômico e, para alcançar suas metas, os grupos disputam o controle territorial, aperfeiçoando e inovando suas técnicas (El País, 2025).



Fonte: Infobae, 2025.

Quanto à instalação de minas, as estruturas criminosas as utilizam para evitar incursões militares e, assim, limitar a atuação das autoridades, além de repelir ataques de outros grupos rivais. No entanto, em grande parte dos casos, as vítimas acabam sendo civis. Entre as zonas mais afetadas estão Michoacán (municípios como Cotija, Apatzingán e Buenavista Tomatlán), Tamaulipas e Jalisco (municípios como Tlajomulco de Zúñiga e Santa María del Oro) (DW, 2025). Embora o fenômeno não seja exclusivo do México, ele apresenta certas particularidades em relação ao caso colombiano, por exemplo.

Na Colômbia, as minas são uma problemática antiga que, há alguns anos, voltou a ganhar força. Segundo o Monitor de Minas Terrestres 2024, em 2023 foi registrado o dobro de acidentes com minas em comparação com o ano anterior.

Além disso, os fatos estão associados principalmente à atuação de Grupos Armados Organizados (GAOs). Por sua vez, no México o caso é distinto. Victoria Dittmar, pesquisadora do InSightCrime, destacou que, embora esse tipo de artefato já tivesse sido utilizado anteriormente, a partir de 2022 foi evidenciado um aumento significativo, o que indica que este é um fenômeno recente no país (DW, 2025). Apesar dos esforços do governo, a situação é complexa. Existe uma unidade especializada do Exército encarregada de mitigar as minas, no entanto, enquanto as autoridades “limpam” uma zona, os grupos criminosos se deslocam e instalam minas em outras áreas. Isso coloca em dúvida a efetividade da resposta. Além disso, as minas são uma ferramenta fácil e barata de fabricar para a delinquência, o que torna difícil imaginar que as estruturas criminosas deixem de utilizá-las.



Também foi registrado que organizações como o Cartel Jalisco Nueva Generación contrataram especialistas colombianos para a fabricação de explosivos, que seriam adquiridos ilegalmente por meio do tráfico de armas da Europa Oriental, de antigos países soviéticos ou de países africanos. Vale destacar que a proliferação desse tipo de arma se limita aos territórios mexicanos com altos níveis de conflito e violência; em regiões onde não há tais níveis de intensidade, é pouco provável que haja impacto. (DW, 2025).

# Quão arriscado é o decreto do governo Petro para proibir sem exceções a exportação de carvão a Israel?



## LOCAL

**A** expedição do Decreto 0949 de 2025 pelo governo de Gustavo Petro, por meio do qual se proíbe estritamente a exportação de

carvão colombiano a Israel, constitui um fato de grande relevância tanto no plano econômico quanto no jurídico. A medida se insere na condenação internacional à ofensiva militar israelense em Gaza, que deixou mais de 55.000 palestinos mortos e cerca de 130.000 feridos desde outubro de 2023, segundo registros oficiais. O Executivo colombiano fundamenta a decisão em três pilares: o respeito ao direito internacional, a proteção da população civil e a coerência da Colômbia como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU no período 2025-2027 (El País, 2025). Com isso, o governo argumenta que impedir a exportação de carvão contribui para evitar que recursos estratégicos do país alimentem o conflito.

No entanto, para além de sua motivação ética e política, a medida levanta questionamentos quanto à sua legalidade, seu impacto econômico e a consistência da política comercial colombiana (Infobae, 2025).

Do ponto de vista econômico, as repercussões são significativas. Israel era um parceiro comercial importante no setor de carvão, com importações médias de 250.000 toneladas mensais antes do decreto. Após sua entrada em vigor, o número caiu para 107.000 toneladas, gerando perdas estimadas em 200 bilhões de pesos por cada milhão de toneladas não exportadas em impostos e royalties.

Essa queda na demanda, somada à conjuntura internacional de preços voláteis e aos cortes de produção de até 50% anunciados por algumas empresas em 2024, afeta diretamente a estabilidade das finanças públicas e a capacidade do Estado de sustentar programas de investimento social nas regiões produtoras. Além disso, Israel encontrou rapidamente fornecedores alternativos na Indonésia,

**Le risque le plus profond réside toutefois dans la sphère juridique et institutionnelle de la sécurité.**

Austrália e outros mercados, o que fez com que a Colômbia perdesse um cliente estável sem capacidade imediata de substituição. Nesse sentido, a proibição não apenas tem um impacto fiscal direto, mas também enfraquece a competitividade internacional do país em um mercado altamente disputado (Infobae, 2025).





Fonte: Martha Morales Manchego / Semana

O risco mais profundo, no entanto, encontra-se no âmbito jurídico e da segurança institucional. A Associação Colombiana de Mineração (ACM) sustenta que o decreto ignora o acordo comercial bilateral entre a Colômbia e Israel, o qual foi aprovado pelo Congresso da República e avalizado pela Corte Constitucional, adquirindo assim status constitucional. Se um ato administrativo como um decreto pode restringir unilateralmente um tratado de tal hierarquia, envia-se uma mensagem de instabilidade normativa e corrói-se a confiança no Estado colombiano como garante das regras do jogo.

Isso não apenas expõe o país a eventuais litígios internacionais, como também pode afetar sua reputação perante investidores estrangeiros que buscam segurança regulatória para decidir sobre megaprojetos extrativos.

Além disso, o fato de que o decreto esteja sendo questionado no Conselho de Estado revela a tensão entre a política externa e o marco jurídico interno, um embate que definirá a jurisprudência em torno da hierarquia normativa dos tratados frente a decisões de política conjuntural (Infobae, 2025). No futuro, os cenários prospectivos são diversos e complexos. Em um primeiro cenário, o Conselho de Estado ratifica a validade do decreto, o que fortaleceria a narrativa do Governo em defesa dos direitos humanos, mas consolidaria um precedente de insegurança jurídica com efeitos de longo prazo nos investimentos.

Em um segundo cenário, a proibição é anulada, o que implicaria um revés político para Petro, embora permitisse restaurar a confiança dos mercados e reafirmar a primazia dos compromissos internacionais sobre as decisões do Executivo.



Existe também uma terceira via intermediária: que o tribunal mantenha a restrição, mas exija do Executivo ajustes normativos para compatibilizar a medida com o marco constitucional e os acordos comerciais, abrindo espaço para soluções negociadas. Em qualquer caso, a experiência evidencia a necessidade de desenhar políticas de controle e regulação que harmonizem princípios éticos da política externa com a preservação da segurança jurídica e da estabilidade econômica. O desafio, em suma, consiste em demonstrar que a Colômbia pode ser um ator coerente na defesa dos direitos humanos sem enfraquecer sua institucionalidade nem comprometer o desenvolvimento de seu principal setor exportador (Infobae, 2025).

Fuente: Pares, 2024

# REFERÊNCIAS

- Ávila Claudio, R. A. (1 de septiembre de 2025). Cómo influyen en las elecciones en Guyana el boom petrolero de la «Dubái de Sudamérica» y el conflicto con Venezuela por el Esequibo. BBC News Mundo.  
<https://www.bbc.com/mundo/articulos/cj3lkl42n4o>
- Cardona, L.S. (30 de agosto de 2025). Colombia prohíbe totalmente la exportación de carbón a Israel, confirmó el Ministerio de Comercio. Obtenido de El País:  
<https://www.elpais.com.co/colombia/colombia-prohibe-totalmente-la-exportacion-de-carbon-a-israel-confirmando-el-ministerio-de-comercio-3019.html>
- CNN. (2025). Guyana, petróleo y disputa territorial: ¿Por qué a EE.UU. y la región le importan las elecciones de este país sudamericano? MSN.  
<https://www.msn.com/es-us/noticias/other/guyana-petr%C3%B3leo-y-disputa-territorial-por-qu%C3%A9-a-eeuu-y-la-regi%C3%B3n-le-importan-las-elecciones-de-este-pa%C3%ADs-sudamericano/ar-AA1LA6du>
- Escobar, N. (20 de julio de 2025). Gobierno Petro cometió un error al prohibir exportaciones de carbón a Israel y las empresas mineras aprovecharon. Obtenido de Infobae:  
<https://www.infobae.com/colombia/2025/07/21/gobierno-petro-cometio-un-error-al-prohibir-exportaciones-de-carbon-a-israel-y-las-empresas-mineras-aprovecharon/>
- Ferri, P. (11 de febrero de 2025). Drones con explosivos y minas antipersona: la realidad criminal que se asienta en México. Obtenido de El País:  
<https://elpais.com/mexico/2025-02-12/drones-con-explosivos-y-minas-antipersona-la-realidad-criminal-que-se-asienta-en-mexico.html>
- FRANCE 24. (2023). ¿Por qué la región de Esequibo está en disputa entre Venezuela y Guyana? FRANCE24.  
<https://www.france24.com/es/programas/econom%C3%ADa/20231202-por-qu%C3%A9-la-regi%C3%B3n-de-essequibo-est%C3%A1-en-disputa-entre-venezuela-y-guyana>
- Infobae. (01 de septiembre de 2025). Colombia prohíbe las exportaciones de carbón a Israel por su ofensiva en Gaza. Obtenido de:  
<https://www.infobae.com/america/agencias/2025/09/01/colombia-prohibe-las-exportaciones-de-carbon-a-israel-por-su-ofensiva-en-gaza/>
- Jiménez, E. (17 de abril de 2025). Estos son los 17 municipios donde han explotado minas terrestres del narco. Obtenido de Infobae:  
<https://www.infobae.com/mexico/2025/04/17/estos-son-los-17-municipios-donde-han-explotado-minas-terrestres-del-narco/>
- La República. (1 de septiembre de 2025). Guyana elige a su nuevo presidente en medio del boom petrolero y la histórica disputa con Venezuela por el Esequibo. La República.pe.  
<https://larepublica.pe/mundo/2025/09/01/guyana-elige-a-su-nuevo-presidente-en-medio-del-boom-petrolero-y-la-historica-disputa-con-venezuela-por-el-essequibo-28678>
- La República. (30 de septiembre de 2025). Colombia pierde cerca de 5% de rentas de carbón con el cese de envíos a Israel. Obtenido de:  
<https://www.larepublica.co/economia/colombia-pierde-5-de-rentas-de-carbon-con-cese-de-envios-a-israel-4192010>
- Mijares, V. M. (2011). Venezuela, Guyana y el problema de la soberanía selectiva por Víctor Mijares.  
<https://runrunes.org/noticias/25957/venezuela-guyana-y-el-problema-de-la-soberania-selectiva-por-victor-mijares/>
- Radar Energético. (12 de agosto de 2025). Guyana irrumpe como el nuevo petroestado de Sudamérica.  
<https://www.radarenergetico.com/guyana-irrumpe-como-el-nuevo-petroestado-de-sudamerica/>
- SEMANA. (2025). Dos aviones de combate de EE. UU. sobrevuelan país vecino de Venezuela, en medio de escalada de tensiones con Maduro. MSN.  
<https://www.msn.com/es-co/noticias/other/dos-aviones-de-combate-de-ee-uu-sobrevuelan-pa%C3%ADs-vecino-de-venezuela-en-medio-de-escalada-de-tensiones-con-maduro/ar-AA1M7Wv0>
- Traeder, V. (28 de agosto de 2025). Minas antipersonales: la silenciosa guerra entre cárteles. Obtenido de DW:  
<https://www.dw.com/es/minas-antipersonales-en-m%C3%A9xico-la-silenciosa-guerra-entre-c%C3%A1rteles/a-73801887>
- Vanguardia. (1 de septiembre de 2025). Así fue el ataque en el Esequibo que elevó la tensión entre Guyana y Venezuela. [www.vanguardia.com](http://www.vanguardia.com).  
<https://www.vanguardia.com/mundo/2025/09/01/asi-fue-el-ataque-en-el-essequibo-que-elevo-la-tension-entre-guyana-y-venezuela/>